



ABDER ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DOS DEPARTAMENTOS ESTADUAIS
DE ESTRADAS DE RODAGEM

NOTÍCIAS
www.abder.org.br

J O R N A L ABDER - Maio / Junho 2009

Índice

- 1º) ABDER elege nova diretoria para o biênio 2009/11
- 2º) Composição da nova diretoria da ABDER eleita para o biênio 2009/2011:
- 3º) Estados perdem 90% no repasse da Cide e exigem compensação
- 4º) Mensagem da ABDER - A Contribuição na ponta do lápis
- 5º) Grupos Técnicos - FONTES DE RECEITA
- 6º) Entrevista com Engº José Florentino Caixeta
- 7º) O QUE VAI PELOS DERS
- 8º) DER/DF - Revitalização da EPTG
- 9º) DER/SP - Recuperação de acessos em Itapetininga
- 10º) DERBA - Melhorias na BA-547
- 11º) DER/SE - R\$ 51 milhões na Rota do Sertão
- 12º) 14º ENACOR
- 13º) SIDER
- 14º) EXPEDIENTE

ABDER elege nova diretoria para o biênio 2009/11

A ABDER elegeu por unanimidade a nova diretoria da entidade para o biênio 2009/2011, na sua primeira Assembléia Ordinária do ano, realizada dia 14 de maio, na sede da Associação, em Brasília. Representantes de 10 órgãos rodoviários estaduais estiveram presentes. O diretor do Departamento de Infraestrutura de Santa Catarina (DEINFRA), Engº Romualdo Theophanes de França Júnior, que já exercia a presidência interina da entidade foi confirmado para o mandato até 2011.

Participaram da reunião: Alberto Gordilho Filho, do Departamento de Infraestrutura de



Transportes da Bahia; Raimundo Josino Pontes, do Departamento de Edificações e Rodovias do

Ceará; Rui Corrêa Vieira, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal; José Élcio Santos Monteze, do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais; Karenina Dantas Eulálio Rocha, do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí; Antônio Augusto Silveira Martins, do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Rio Grande do Sul; José Eufrânio Alves, do Departamento de Infraestrutura de Transportes de Roraima; Romualdo Theophanes de França Júnior, do Departamento de Infraestrutura de Santa Catarina; Vânia Torquato Sobrado, do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo; Ézio Prata Faro e Haroldo Anderson Deda Filho, do Departamento de Estradas de Rodagem de Sergipe; e ainda os engenheiros Rubens Cahin, do DER-SP, Júlio Xavier Rangel, Superintendente Executivo da ABDER, e, José Florentino Caixeta, do DER-DF.

Ao tomar posse como novo presidente titular da ABDER, Romualdo Junior, agradeceu a confiança dos dirigentes de órgãos rodoviários e prometeu dar continuidade às gestões anteriores que privilegiaram a descentralização administrativa da instituição. Ele disse que dispensará especial atenção aos grupos técnicos da entidade.

Além da eleição da nova diretoria, na pauta da reunião constaram os seguintes: apresentação sobre arrecadação e repasses da CIDE; aprovação do Relatório Contábil do Conselho Fiscal referente ao exercício 2008, e apresentação do Programa de Ações para o exercício de 2009.

Composição da nova diretoria da ABDER eleita para o biênio 2009/2011:

PRESIDENTE - Romualdo Theophanes de França Júnior – DEINFRA/SC; DIRETOR DE PLANEJAMENTO - Ézio Prata Faro – DER/SE; DIRETOR DE OPERAÇÕES – Raimundo Josino Pontes – DER/CE; DIRETOR DE APOIO - Rubens Cahin – DER/SP; DIRETOR DE PROGRAMAS ESPECIAIS - Jader Torres – DER/RN; Vice-Presidente – Região CENTRO-OESTE - José Américo de Sousa – AGETOP/GO; Vice-Presidente – Região NORDESTE - Ronaldo Pereira Lopes – DER/ AL; Vice-Presidente – Região NORTE - Cândido Araújo Filho – DTT/PA; Vice-Presidente – Região SUDESTE - José Élcio Santos Monteze – DER/MG; Vice-Presidente – Região SUL - Rogério Wallbach Tizzot – DER/PR.

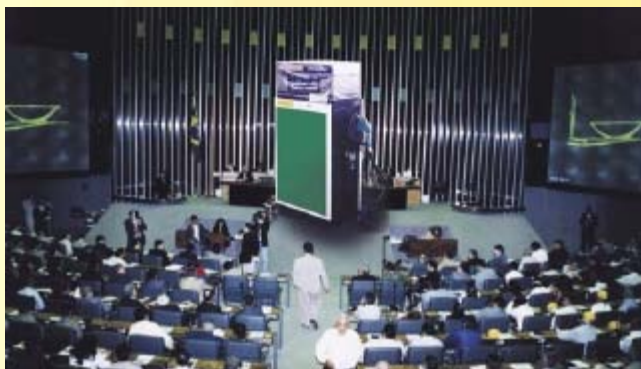
Para o Conselho Fiscal foram eleitos os seguintes Titulares: Delson José Amador – DER/SP; Luiz Carlos Tanezini – DER/DF e Vicente Paulo Mattos de Britto Pereira – DAER/RS;



Suplentes: Eduardo Antônio Manato Gimenes – DER/ES e Karenina Dantas Eulálio Rocha –DER-PI.

[Voltar](#)

Estados perdem 90% no repasse da Cide e exigem compensação



A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide – definitivamente já não é mais a mesma. O repasse da União para os Estados dos recursos arrecadados com a Cide definiu a tal ponto que os governos estaduais começaram a reclamar diretamente no Palácio do Planalto. Referente a arrecadação do primeiro trimestre de 2009, os estados receberam da Contribuição cerca de R\$ 21,2 milhões, precisamente 89,72% menos que o recebido no último trimestre de 2008, que foi algo em torno de R\$ 206,3 milhões.

A queda abrupta, atribuída à mudança no processo contábil da Petrobras, gerou tamanha polêmica que o Senado e o Ministério Público Federal (MPF) cobraram explicações à estatal sobre o artifício usado para deixar de recolher R\$ 4,38 bilhões em tributos aos cofres públicos. A manobra afetou o caixa de União, estados e municípios desde dezembro de 2008. O procurador do MPF junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Marinus Marciso, classificou como grave o recurso usado pela Petrobras para dedução de créditos. O Senado instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as contas da Estatal.

Os créditos da Petrobras junto à Receita Federal deduzidos dos pagamentos de PIS/Cofins e Cide resultam de mudança no regime de recolhimento de impostos, feita no último trimestre de 2008, mas retroativa a todo o exercício. A estatal recolhia impostos sobre ganhos decorrentes da variação cambial incidentes sobre seus ativos no exterior pelo regime de competência. Mudou para o regime de caixa, gerando créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Os Estados calculam que deixaram de receber no primeiro trimestre aproximadamente R\$ 187 milhões de recursos da Cide por causa da alteração contábil feita pela Petrobras. Eles esperavam R\$ 208 milhões no período, mas receberam apenas R\$ 21 milhões. O prejuízo maior está concentrado em seis estados - São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia e Rio Grande do Sul, que, juntos, respondem por 53,60% dos repasses federais obrigatórios, o que daria R\$ 111,5 milhões. Neste caso, só foram compensados R\$ 11,4

milhões.

Se compararmos com os valores repassados antes do Decreto nº 6446/08, a diferença é ainda mais brutal. O Decreto reduziu alíquota da Cide de R\$ 0,28 para R\$ 0,18 por litro de gasolina e de R\$ 0,07 para R\$ 0,03 por litro de diesel. A ABDER, na ocasião, previu que os estados deixariam de receber com o Decreto perto de 42% dos recursos da Cide a que tinham direito até então. Em outros termos, o que os Estados receberam no primeiro trimestre deste ano é menos de 5% do que receberam em relação ao primeiro trimestre de 2008.

“A nossa surpresa foi enorme quando vimos acontecer algo inimaginável. Dos 60% restantes da Cide, já que 40% já haviam sido cortados em 2008, houve agora no mês de abril, um corte de 90%. Portanto, o que a Petrobras, com sua nova alquimia contábil, fez foi podar os estados de recursos que já estavam contabilizados nos seus orçamentos para investimentos vitais em infraestrutura”, criticou o governador de Minas Gerais, Aécio Neves.

“Isso não se justifica, isso não pode prevalecer de forma alguma. Para se ter ideia, em janeiro deste ano, o Estado de Minas Gerais recebeu, pela apuração do último trimestre, cerca de R\$ 30 milhões, já com o corte daqueles 40%. Agora no final do primeiro trimestre, com essa nova alquimia contábil da Petrobras, desses R\$ 30 milhões vieram R\$ 3 milhões”, completou o governador mineiro.

O Governo decidiu pelo corte na Contribuição no ano passado para tentar refrear a alta do combustível e, assim, a alta da inflação. A previsão de perda dos Estados feita pela ABDER, realizada com base em dados da própria Agência Nacional do Petróleo – ANP – e da Receita Federal, por mais drástica que possa ter parecido, ainda foi aquém das perdas registradas na realidade. De janeiro a maio de 2008, antes do Decreto 6446, portanto, a média de arrecadação da Cide foi R\$ 653,5 milhões. Após o Decreto, de junho a agosto, a média caiu para R\$ 379,9 milhões. No primeiro trimestre deste ano, a arrecadação chegou a poucos R\$ 121 milhões. A União arrecadou R\$ 5,9 bilhões com a Cide no ano passado, o que representou um recuo de 25% em relação a 2007, com a ressalva que os reflexos do Decreto 6446 ocorreram a partir de junho.

Ao editar o Decreto 6446, o Ministério da Fazenda estimou que Estados e Municípios deixariam de receber R\$ 900 milhões por ano com a redução. Pelos cálculos da Receita Federal, a perda estimada, em 2009, com a desoneração para os dois combustíveis é de R\$ 1,470 bilhão. Na época do anúncio, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, estimou a perda anual entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 3 bilhões. Um ano depois de reduzir as alíquotas da Cide, o governo estuda elevar novamente a Contribuição para reforçar a arrecadação federal, em queda desde o início do ano.

Já é público que o Ministério da Fazenda estuda a possibilidade de fazer com que a Petrobras reduza o preço dos combustíveis vendidos às refinarias sem que a queda na gasolina seja repassada ao consumidor. A diferença elevaria a arrecadação da Cide e, assim, ficaria com o próprio Governo, que por sua vez, também elevaria o repasse aos Estados e Municípios. Para o diesel, o Governo analisa a possibilidade de repassar aos consumidores parte da queda dos preços para as refinarias. Tudo para manter a economia aquecida sem abrir muito a mão da arrecadação.

O Governo também está estudando a possibilidade de aproveitar a queda dos preços internacionais do petróleo para ampliar de 3% para 4% o percentual de mistura do biodiesel no diesel. A medida reduziria as importações de diesel, mas encareceria a mistura, pois o biodiesel é mais caro. O valor da Cide teria de considerar essa mudança.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, já informou que o estudo deverá ser concluído em breve. De acordo com o ministro, a elevação da Cide é apenas uma das alternativas em estudo. Edison Lobão prefere que, em vez de elevar a Cide como pensa a equipe econômica, a redução dos preços dos combustíveis seja repassada ao consumidor.

Pragmáticos, os Estados querem que a União os compense pela queda de quase 90% dos repasses da Cide no primeiro trimestre. A redução da arrecadação da Cide foi um dos principais pontos na pauta da reunião dos secretários estaduais de Fazenda, dia 13 de maio, no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), e da 9ª Reunião do CONSETRANS – Conselho Nacional de Secretários de Transportes, dia 27 de maio, ambas ocorridas em Brasília.

Ainda por conta redução da arrecadação da Cide, os estados terão de alterar todo planejamento orçamentário em projetos de infraestrutura de transportes, uma vez que são

obrigados por Lei, a apresentar programas de trabalho para utilização dos recursos da CIDE. Tendo em vista que há obras contratadas ou em licitação, e, até mesmo recursos usados como contrapartida de financiamentos, inclusive internacionais, o problema se agrava com maior intensidade.

Por enquanto, os Estados decidiram aguardar uma solução a ser apresentada pelo Governo Federal, mas não irão esperar muito.

[Voltar](#)



A Contribuição na ponta do lápis



A presente edição do ABDER-Notícias busca lançar uma luz ao mais novo processo de sangria financeira a que vem sendo submetida a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide. Na ponta do lápis, o montante que os Estados receberam proveniente da Cide no primeiro trimestre deste ano representou cerca de 5% do que receberam no primeiro trimestre de 2008. Como bem demonstra a nossa matéria principal, dois fatores contribuíram decisivamente para essa derrocada dos repasses da Contribuição: primeiro, o Decreto 6446/08, que promoveu um corte nas alíquotas da Cide e provocou, conseqüentemente, uma redução de 42% dos recursos destinados aos Estados; segundo, a alteração contábil adotada pela Petrobras no final do ano passado.

E foi nesse cenário que a Associação Brasileira dos Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem – ABDER–, num exemplo de solidez institucional, realizou a sua Primeira Assembléia Ordinária de 2009, para eleger uma nova diretoria para o biênio 2009/2011. O novo presidente da instituição, Romualdo Theophanes de França Júnior, assumiu com a tranquilidade daquele que vive a instituição desde 2003, que já ocupou diversos cargos em sua diretoria e já vinha exercendo interinamente a presidência desde a saída do engenheiro Inácio Bento de Moraes Júnior, dia de 4 de março.

A solenidade de posse da nova diretoria foi rápida, sem delongas, bastante simbólica do momento crítico vivido pelos órgãos rodoviários, que perderam a maior fonte de recursos do governo federal, a Cide. Na mesma reunião em que se elegeu a nova direção, o superintendente executivo da ABDER, Eng^o Júlio Xavier Rangel, emitiu uma nota técnica informando a redução de 89,72% do repasse da Cide realizado em 13 de abril deste ano.

“Ressaltamos a extrema necessidade de comunicação dos dirigentes de órgãos rodoviários com os Governadores e Secretário de Fazenda para que busquem formas de compensação, haja vista completa alteração dos Programas de Trabalho, com aplicação dos recursos da Cide, para o ano vigente”, afirmou Rangel.

Outro item da pauta da Assembléia foi a concessão de mais incentivos para as reuniões dos grupos técnicos vinculados à ABDER. As reuniões deverão ocorrer preferencialmente em

Brasília, pois na Capital Federal, os encontros ganham maior foco e profundidade nos debates. O Enacor também entrou na pauta da Assembléia. Na próxima edição do ABDER-Notícias traremos mais informações sobre o encontro.

[Voltar](#)



FONTES DE RECEITA

A ABDER irá disponibilizar em seu site (www.abder.org.br) os valores cobrados pelos Órgãos Rodoviários Estaduais para a permissão de uso das faixas de domínio nas estradas estaduais. Essa foi uma decisão adotada pelo Grupo Técnico da ABDER denominado Fontes de Receita, que se reuniu nos dias 16 e 17 de abril, em Brasília. O encontro, que contou com a participação de representantes dos órgãos rodoviários estaduais, fez uma avaliação da implementação das regulamentações e legislações estaduais sobre o uso da faixa de domínio. A mais recente a ser implantada foi a de Sergipe, que entrou em vigor em 2008.

O grupo começou a realizar um levantamento dos valores atuais e desde quando estão sendo praticados. O levantamento inclui valores cobrados pelos diversos órgãos rodoviários ou secretarias de fazenda estadual.

Inez Brustolin, do DER/SP, apresentou o volume de receitas próprias provenientes de multas de trânsito, outorgas e utilização da faixa de domínio. Já a representante do DER/ES, Rosângela Nogueira de Souza Pauli, apresentou o fato de que o Espírito Santo arrecada receitas decorrentes da permissão de uso da faixa de domínio por meio do DUA (Documento de Único de Arrecadação) para o caixa único do estado.

O DER/MG apresentou o processo de arrecadação receitas no estado por meio do DAE (Documento de Arrecadação Estadual). Em Minas, uma compensação de danos ao meio ambiente é calculada e inserida como custo da obra e o DER mineiro também cobra pela utilização da faixa de domínio. O DER/SE tem receitas apenas de faixa de domínio, as multas de trânsito não são de responsabilidade do órgão. O DER/RO possui receita por multas referentes ao transporte, mas não possui lei para regulamentar sobre a utilização da faixa de domínio.

Entre os avanços obtidos após a implantação de Lei específica sobre uso da faixa de domínio no Distrito Federal está o surgimento de novas fontes de receita, como o uso da faixa de domínio para engenho publicitário e quiosques nas rodovias.

Após o levantamento das fontes de receitas dos estados representados na reunião, o superintendente executivo da ABDER, Júlio Rangel, teceu comentários acerca da brutal queda na arrecadação da CIDE. O representante do DER/DF, José Florentino Caixeta, deverá elaborar um quadro discriminando as diversas fontes de receita dos órgãos rodoviários estaduais. O próximo encontro do Grupo Técnico Fontes de Receita deverá ocorrer nos dias 1º e 02 de outubro deste ano.

Estiveram presentes ao encontro, representando a ABDER, o superintendente executivo da Associação, Júlio Rangel; – Distrito Federal, Lauro de Oliveira, Samantha Farias Marques e

Magda Leonor Elcorab Moreira; – Minas Gerais: Reinaldo Barbosa Miranda e Geralda Almeida Afonso; – Espírito Santo: Rosângela Nogueira de Souza Pauli; – Rodônia: Joaquim de Souza e Ubiratan Bernardino Gomes; – São Paulo: José Roberto Moreira e Inez Brustolin; – Sergipe: Frederico Galindo de Góes.

[Voltar](#)

Entrevista com Eng^o José Florentino Caixeta

Coordenador de Planejamento do DER/DF e representante do DF no GT Fontes de Receita.

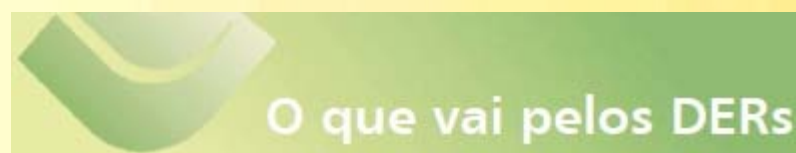
Qual a importância da utilização das faixas de domínio para os DERs em termos de receita e sinalização?

Na engenharia rodoviária é comum afirmar que: “Assim como a drenagem está para a segurança do corpo estradal, a sinalização está para a segurança do usuário”. Para os serviços de sinalização tanto horizontal como vertical, normalmente os recursos são insuficientes, pois a sinalização integra os procedimentos de finalização da obra. Entretanto, os recursos oriundos da utilização da faixa de domínio das rodovias, se bem aplicados na sinalização, poderão garantir a segurança dos usuários.

Existe alguma norma ou procedimento padrão para todos os estados que regulamente o uso das faixas de domínio?

Alguns DERs já estão administrando essa atividade, a exemplo dos DERs dos Estados do ES, GO, MG, PR, SC, SP dentre outros. O DNIT editou, em abril/2008, o Manual de Procedimento para Permissão Especial de Uso das Faixas de Domínio. Para consagrar e fortalecer o procedimento será de bom alvitre que todos o adotem e de preferência de maneira uniforme. Esse é o papel da ABDER: orientar, promover e intermediar essa integração.

[Voltar](#)



DER/DF Revitalização da EPTG

O Governo do Distrito Federal deu início à nova etapa do projeto de revitalização da EPTG – Estrada Parque Taguatinga/Guará, uma das principais vias do Distrito Federal, que liga Brasília ao principal pólo produtor do DF, com fluxo de 140 mil veículos por dia. Em 2008, o DER/DF inaugurou o primeiro viaduto previsto no projeto. Este ano irá construir mais quatro viadutos. O projeto prevê ainda a implantação de corredor exclusivo para ônibus, 12,2 km de ciclovia, vias marginais e a restauração do pavimento. A obra, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), vai custar R\$ 245 milhões e o prazo para conclusão será de um ano. Conforme explicou o diretor do DER/DF, Luiz Carlos Tanezini, a proposta de revitalização cria um corredor de transporte exclusivo para o transporte coletivo, com os ônibus de maior capacidade operando à esquerda, junto ao canteiro central.

[Voltar](#)

DER/SP Recuperação de acessos em Itapetininga

O DER/SP começou a recuperação de aproximadamente nove quilômetros em três acessos, pertencentes à região de Itapetininga, com a oficialização de contratos orçados em R\$ 6 milhões. O DER, por meio da empresa Senpar, também irá fazer o recapeamento de 8 quilômetros do acesso entre a Estância Turística de Salto e o município de Itu, com investimento de R\$ 4,9 milhões. A previsão da entrega da obra é de seis meses. Dentro do Programa de Recuperação de Acessos e Rodovias lançado no ano passado, o Governo do Estado de São Paulo está investindo aproximadamente R\$ 1,15 bilhão na recuperação e melhoria de rodovias e acessos (ligações entre as vias principais) em todas as regiões do Estado. O investimento nas obras de acesso em 686,84 quilômetros é de R\$ 275 milhões e vai beneficiar 176 municípios. Em outros 63 municípios serão aplicados R\$ 872,5 milhões para a recuperação de 678,87 quilômetros de rodovias estaduais.

[Voltar](#)

DERBA Melhorias na BA-547

Para melhorar o escoamento da produção agrícola e da pecuária da região Sudoeste do estado, o governo baiano recuperou a BA-547. Pelo trecho de 32 Km de extensão, que liga Jequié a Florestal trafegam diariamente 290 veículos. A recuperação da estrada vai facilitar a vida de mais de 250 mil pessoas dos municípios de Jequié, Gandu e Ibirataia. Um investimento de cerca de R\$ 5,5 milhões. A recuperação da BA-547 faz parte do Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias da Bahia (Premar), firmado em 2007, numa parceria entre o governo estadual e o Banco Mundial (Bird). O investimento total do programa é de R\$ 422,22 milhões e vai recuperar 1,2 mil quilômetros de estradas em toda a Bahia, nessa primeira etapa. Na segunda etapa, mais 911,3 quilômetros de rodovias serão recuperados.

[Voltar](#)

DER/SE

R\$ 51 milhões na Rota do Sertão

O governo de Sergipe investiu R\$ 51 milhões na revitalização dos 216,5 quilômetros da chamada Rota do Sertão, que corta todo interior do estado, do povoado de Terra Dura, em Itabaiana, até o município de Canindé do São Francisco. O investimento feito pelo Governo de Sergipe voltou a trazer esperança para os comerciantes da região, que perceberam aumento real na renda. "Com a pista nas condições que estava, só com buracos, a nossa situação estava bastante difícil. Hoje, com o aumento do número de carros que passam por aqui, tudo está melhor. Estou vendendo bem mais e pensando até em aumentar o meu ponto comercial", afirmou Donizete da Silva, proprietário de uma pequena banca de fruta e verduras no município de Nossa Senhora da Aparecida.

[Voltar](#)



ABDER

14º ENACOR

A comissão organizadora do 14º Encontro Nacional de Conservação Rodoviária (ENACOR), previsto para ser realizado nos dias 25 a 27 de agosto, em Belo Horizonte, já entrou na fase de indicação de temas e escolha dos palestrantes. Nomeada pelo diretor geral do DER/MG, José Elcio Santos Monteze, a comissão é integrada pelos por João Afonso Baeta Costa Machado (presidente); Luiz Gonzaga Chaves Campos; Delson Chaves Campos; Eva Lansky; Mário Francisco Duarte Chrispim; Maria Aparecida Coelho; Solange Aparecida Pinto; e Paulo Sérgio da S. Souza, representante da ABDER.

Será a segunda vez que Minas organiza o ENACOR. Mais informações pelo telefone (31) 3235-1453 ou pelo e-mail: enacor@der.mg.gov.br.

[Voltar](#)

PROCESSO – Os Novos Caminhos de Minas Gerais



O Governo de Minas Gerais tem investido na melhoria de sua malha viária e a prova disso são os mais de 2.500 quilômetros de rodovias já pavimentadas com recursos do PROCESSO – Programa de Acessibilidade a Municípios de Pequeno Porte com Baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Esse programa visa universalizar o acesso de todos os municípios mineiros à rede pavimentada estadual. E, com o apoio do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, entre outros agentes internacionais de fomento ao desenvolvimento, os investimentos realizados já ultrapassam 1,6 bilhão de reais, elevando o nível de mobilidade de bens e pessoas e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado.

Para gerenciar esta malha expandida, que somará mais de 25 mil quilômetros de rodovias estaduais em 2010, o DER/MG está sistematizando e informatizando a administração da infraestrutura viária e dos projetos de alta complexidade envolvidos. A Softplan/Poligraph foi contratada para o desenvolvimento da solução tecnológica de um Sistema Integrado de Gestão de Infraestrutura Viária, que na primeira etapa contemplou ferramentas para: cadastro da malha rodoviária; apoio a processos de licitação; gestão financeira e orçamentária de contratos de obras e serviços; material betuminoso e combustíveis; e gestão de desapropriações.

Na segunda etapa da informatização, cujo contrato já foi assinado, a Softplan/Poligraph implantará novos aplicativos para: apoio a atividades

de pesquisa e engenharia de tráfego; estatísticas de acidentes; gerência de pavimentos; autorizações especiais de trânsito; gestão e controle de operação viária e gestão de melhoramento ambiental, os quais permitirão ao DER/MG alcançar novos patamares de eficiência no gerenciamento da malha viária estadual. A informatização de diversos processos produtivos, desenvolvida no âmbito do PROCESSO, é mais um case bem sucedido na parceria entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a Softplan/Poligraph.



Rodovia MG-344, trecho Claraval e Ibiraci, pavimentada no programa PROCESSO

Foto: Bernalte Amado.
Todos direitos reservados – Lt. n.º 9610/98

[Voltar](#)

Presidente: Eng^o Romualdo T. de França Júnior DEINFRA/SC

Vice-Presidentes: Norte- Eng^o Cândido Araújo Filho DTT/PA - Nordeste- Eng^o Ronaldo Pereira Lopes DER/AL - Sudeste- Eng^o José Elcio S. Monteze DER/MG - Sul - Eng^o Rogério Wallbach Tizzot DAER/PR- Centro-Oeste - Eng^o José Américo de Sousa AGETOP/GO - Dir. Planejamento: Eng^o Ézio Prata Faro / Dir. Operações: Eng^o Rubens Cahin / Dir. Apoio: Eng^o Raimundo Josino Pontes / Programas Especiais: Eng^o Jader Torres / Secretária Geral: Eng^a Vânia Torquato Sobrado / Superintendente Exec. Eng^o Júlio Xavier Rangel

■ Jornalista Responsável
■ Joaquim Nogales
■ Mtb 4871 DF
■ Edição e Projeto Gráfico:
■ Sílvio Feringato - (61) 3381.7552
■ Comunicare@terra.com.br

[Voltar](#)

